



VIOLÊNCIA DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE, AMAPÁ

GENDER VIOLENCE AND PUBLIC POLICIES IN RIVERSIDE COMMUNITIES OF THE BAILIQUE ARCHIPELAGO, AMAPÁ

Patrícia Rocha Chaves
rochavespatricia@gmail.com

Antonio Carlos Sardinha
antonio.sardinha@ufob.edu.br

Nelma Nunes da Silva
nelmans@hotmail.com

Ana Cristina de Paula Maués Soares
ana.cristina@unifap.br

Resumo

O artigo apresenta versão sintetizada de resultados gerais de investigação sobre caracterização da violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e rurais do Amapá, entre os anos 2021 e 2024. Apresentamos síntese de pesquisa em uma das comunidades pesquisadas, as comunidades ribeirinhas localizadas no Arquipélago do Bailique, Amapá, Amazônia. Por meio de pesquisa de campo, orientada por protocolos de pesquisa baseados em questionário e grupos focais, articulados a pesquisa documental e observação junto a comunidades investigadas, buscamos caracterizar a violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e rurais do Amapá, identificando perfil, modalidades, especificidades, bem como apresentar percepção e experiências de mulheres em situação de violência no acesso e atendimento no âmbito dos serviços públicos locais. Em linhas gerais, a violência contra mulher nessas comunidades está relacionada a estruturas culturais e históricas que interferem na desigualdade de gênero das comunidades ribeirinhas, ao passo que compõem pela via de um sistema sexo-gênero uma dada tecnologia de gênero que, por co-afetação, trabalham para modelos produtivos e políticas desenvolvimentistas excludentes, associadas a ausência do Estado, todos aspectos chaves para pensar a dinâmica de esgarçamento nas relações comunitárias, que (re)elaboram dinâmicas de violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Comunidades Ribeirinha; Bailique; Amazônia;

Abstract

The article presents a synthesized version of general research results on the characterization of gender violence in the context of riverside and rural communities in Amapá, between the years 2021 and 2024. We present a synthesis of research in one of the communities researched, the riverside communities located in the Archipelago of Bailique, Amapá, Amazon. Through field research, guided by research protocols based on questionnaires and focus groups, combined with documentary research and observation with the investigated communities, we sought to characterize gender violence in the context of riverside and rural communities in Amapá, identifying profile, modalities, specificities, as well as presenting the perception and experiences of women in situations of violence in accessing and receiving care within the scope of local public services. In general terms, violence against women in these communities is related to cultural and historical structures that interfere with gender inequality in riverside communities, while they compose, through a sex-gender system, a given gender technology that, through co-affectation, work towards productive models and exclusionary developmental policies, associated with the absence of the State, all key aspects to think about the dynamics of fraying in community relations, which (re)elaborate dynamics of violence against women.

Keywords: Gender-Based Violence; Riverside Communities; Bailique; Amazônia;

Introdução

Apresentamos síntese de resultados da pesquisa “Diagnóstico, caracterização e percepção da violência de gênero entre mulheres rurais e ribeirinhas no Amapá”, financiada pelo Programa de Pesquisa para o SUS - Gestão compartilhada em Saúde/PPSUSA. O objetivo da investigação foi apresentar características e natureza da violência de gênero no contexto das comunidades ribeirinhas e rurais na Amazônia, identificando perfil, modalidades, especificidades, bem como apresentar percepções e experiências de mulheres em situação de violência no acesso e atendimento pelos serviços públicos em quatro territórios no estado do Amapá (Assentamento Rural Bom Jesus dos Fernandes, Quilombo Lagoa dos Índios, Arquipélago do Bailique e Comunidade Extravista Foz do Mazagão).

Neste artigo especificamente, optamos em apresentar análise de dados coletados em comunidades ribeirinhas que integram o Arquipélago do Bailique. O arquipélago, formado por comunidades ribeirinhas-extrativistas, localizadas a 180 quilômetros da capital, Macapá, são consideradas populações tradicionais, conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, 2007). A política pública em âmbito nacional que ampara os direitos territoriais dessas populações na sua amplitude de demandas foi consolidação, a partir do modelo de política pública de regularização fundiária, definida no Encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e ocorreu quando o Incra editou a Portaria nº 627/1987, criando a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. Esse modelo estabeleceu que o uso de áreas deve ser provido de patrimônio extrativo imensurável e por sua vez, sua exploração econômica está classificada como de baixo impacto ambiental, garantindo a utilização do ecossistema de forma sustentável (BRASIL, 1987).

O arquipélago do Bailique compreende 56 comunidades, caracterizadas por pequenos núcleos, distribuídos nas seis ilhas, que somados totalizam uma população de cerca de 10 mil famílias. Logo, as ilhas que constituem o arquipélago foram transformadas em Programas de Assentamentos Agroextrativistas, conforme direito adquirido em lei citada anteriormente e representando em sua totalidade, cinco projetos de assentamentos: O PAE Ilha do Franco, o PAE Ilha do Faustino, PAE Ilha do Brigue, PAE Ilha do Marinheiro e PAE Ilha do Curuá. Soma-se a esses, o PAE Terra Grande, localizado na faixa continental do Amapá.

As comunidades do arquipélago apresentam uma estrutura sociocultural muito particular, mantendo uma relação de intercâmbios sustentáveis com o meio, definem sua relação de produção e sua identidade territorial de forma diferenciada do modo vida, tempo/espaço do qual estamos acostumados mesmo em certas regiões da Amazônia. Estas comunidades apresentam uma estrutura sociocultural muito particular, mantendo uma relação de intercâmbios sustentáveis com a natureza e de cooperação mútua, a depender das relações desenvolvidas no interior particular a cada

comunidade, conforme os grupos familiares. As dinâmicas ambientais são determinantes na organização do cotidiano dessas populações, demarcando as relações de trabalho, os lugares de acesso às políticas públicas, horários das escolas, postos de saúde e demais áreas as quais extraem os alimentos para consumo e venda de excedentes. Essas diferentes formas cotidianas que coordenam a reprodução da vida nas comunidades ribeirinhas da Amazônia devem ser consideradas na produção e organização das políticas

Nessa perspectiva, são comunidades que tem visto seu modo de vida alterado por problemas ambientais e ausência de políticas de desenvolvimento que permitam a permanência dos ribeirinhos nas ilhas, constituindo processos de desterritorialização que produzem efeitos na organização, sociabilidade e nos arranjos sociais e produtivos nas localidades. A violência contra mulher se situa como fenômeno complexo, marcado não só pelas históricas relações desiguais de gênero que também incidem na cultura ribeirinha, mas também pelo que consideramos como esgarçamento do tecido social, em um processo de deslocamento dos modos produtivos e societários tradicionais nessas comunidades por lógicas estatais (ausências) e mercantis (de expropriação dos territórios).

A vegetação predominante nas ilhas é a floresta de várzea e os campos inundáveis, entrecortados por igarapés influenciados pelas dinâmicas das marés. A diversidade de espécies vegetais é menor quando comparada às florestas de terra firme. Neste conjunto de formação atualmente e por conta de técnicas destinadas à promoção da produção local, estão entremeadas as roças e as diversas espécies que caracterizam uma “floresta plantada”, ou um sistema agroflorestal.

A pressão econômica imposta pela exploração capitalista em nível global e local repercutem a sustentabilidade ambiental, impondo a lógica mercantil sobre a natureza/territórios e a vida destas populações, o que gera um forte processo de migração da população para a periferia da cidade de Macapá. Anteriormente se deslocavam a Macapá para a busca de serviços de saúde, educação, atendimento jurídico ou negociação dos produtos do extrativismo e da agricultura. No presente momento, os problemas socioambientais impulsionaram a migração definitiva dos moradores das ilhas de Bailique.

Esses fatores tornaram-se fortes barreiras para a permanência da população local tal qual é o aumento da salinidade dos mananciais, comprometendo o acesso à água potável e uma crise hídrica ininterrupta. Além disso, as comunidades relatam os efeitos das ações relacionadas à bubalinocultura e às hidrelétricas instaladas no Rio Araguari, que podem ter provocado o assoreamento da foz desse rio, com impactos diretos na provisão de pescado. As atividades econômicas produzidas no continente impactam diretamente os ecossistemas costeiros, como é o caso do Bailique.

Nesse contexto, partimos do pressuposto da invisibilidade da mulher rural e ribeirinha no contexto das políticas públicas em compreender a especificidade e a modalização da violência de gênero envolvendo esse segmento e da desarticulada perspectiva de situar a violência de gênero como problemática individualizada, desconectada do contexto de captura dos territórios por modelos de desenvolvimento que desorganizam e afetam o tecido social local.

Para fins de delimitação conceitual, compreendemos a violência de gênero como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”, conforme Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher (Art. 1º Convenção de Belém do Pará, 1994).

Essa compreensão de violência de gênero observa o entendimento de gênero como categoria conceitual de análise histórica (SCOTT, 2017), estruturada de processos de produção da diferença, por um lado e desigualdades, por outro, em contexto de relações de poder estruturado por marcadores que interseccionados ao território constituem um dado sistema sexo-gênero com dispositivos atravessados por uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 2004).

Reis, (2015, p. 2), afirma que realizar uma análise geográfica do tecido social incorporando as teorias de gênero permite desvendar as manifestações espaciais e territoriais de diversos grupos

sociais que por meio de suas práticas constroem diferentes espaços geográficos, isso porque o gênero é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo. Assim, podemos dizer que as relações de gênero definem a apropriação do espaço e a construção dos territórios, cabendo a geografia interpretar a relação entre espaço, territórios e os demais marcadores que os constituem como síntese das contradições das formações sociais, desde as particularidades à totalidade das relações impostas por territórios hegemônicos.

O olhar sobre essas distintas dimensões dos territórios nos leva a observar não apenas a falta de serviços e políticas de proteção para atenção a mulheres em situação de violência nessas localidades, como na produção de protocolos que desconsideram a dinâmica e a especificidade das estruturas de violação de direitos em uma dada dimensão cultural/territorial (ribeirinha), quando o Estado se faz presente em uma dinâmica pontual, como veremos adiante.

Desenvolvimento

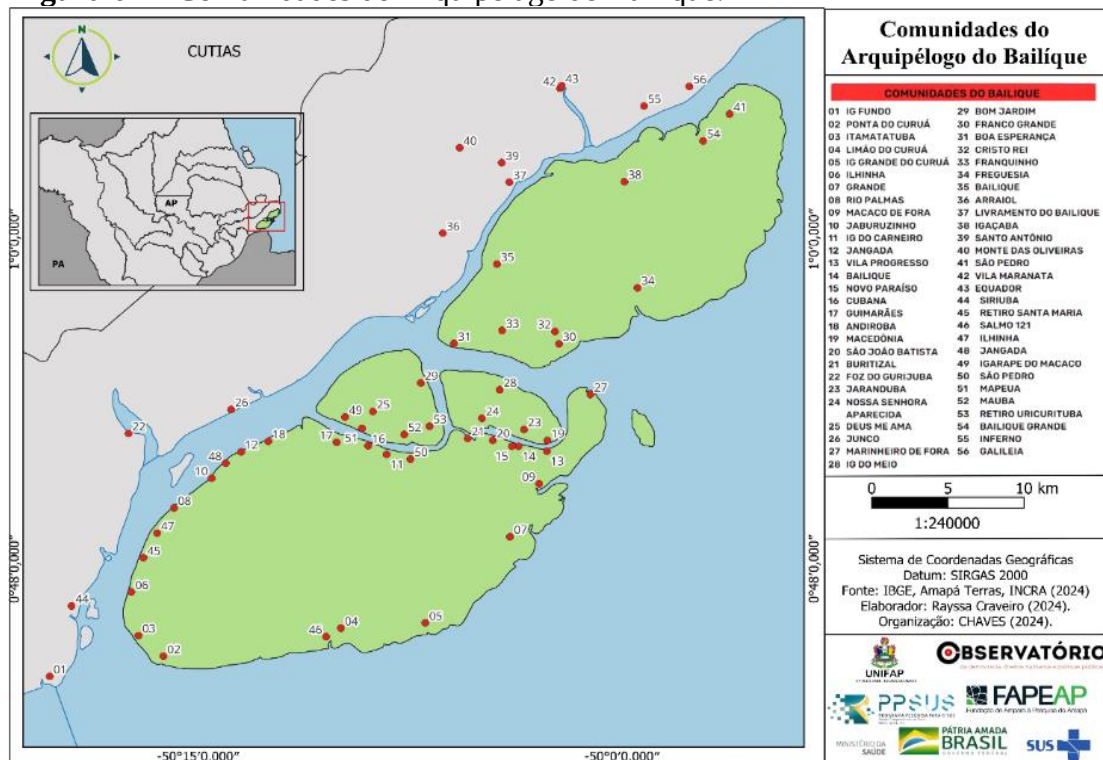
O processo de pesquisa foi desenvolvido seguindo, em linhas gerais, uma abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva, baseada em etapas que envolveram: pesquisa documental e de campo; essa última com as respectivas etapas de observação, realização de grupos focais e realização de entrevistas com mulheres, lideranças comunitárias, atores locais das redes e serviços públicos instalados no territórios pesquisados¹: Vila Progresso, no arquipélago Bailique (comunidade ribeirinha com grande índice populacional).

Inicialmente, a proposta era concentrarmos a pesquisa na comunidade de Vila Progresso, sendo mais numerosa em densidade populacional. A comunidade concentra também a única infraestrutura de serviços de saúde, pois possui uma Unidade Básica de Saúde (UBS), assim como a única escola do arquipélago que possui ensino médio.

No decorrer da pesquisa, informadas que em outras comunidades encontraríamos grupos de mulheres organizadas em torno da produção e da reivindicação de políticas públicas, decidimos estender a pesquisa para mais ao menos três comunidades, as comunidades de Arraiol do Bailique, do Igarapé Grande do Curuá e a do Limão do Curuá:

¹ Os protocolos de pesquisa foram aprovados pelo Comitê de ética da Universidade Federal do Amapá (Processo/Comissão de Ética/Unifap: Processo nº CAAE 38064620.0.0000.0003)

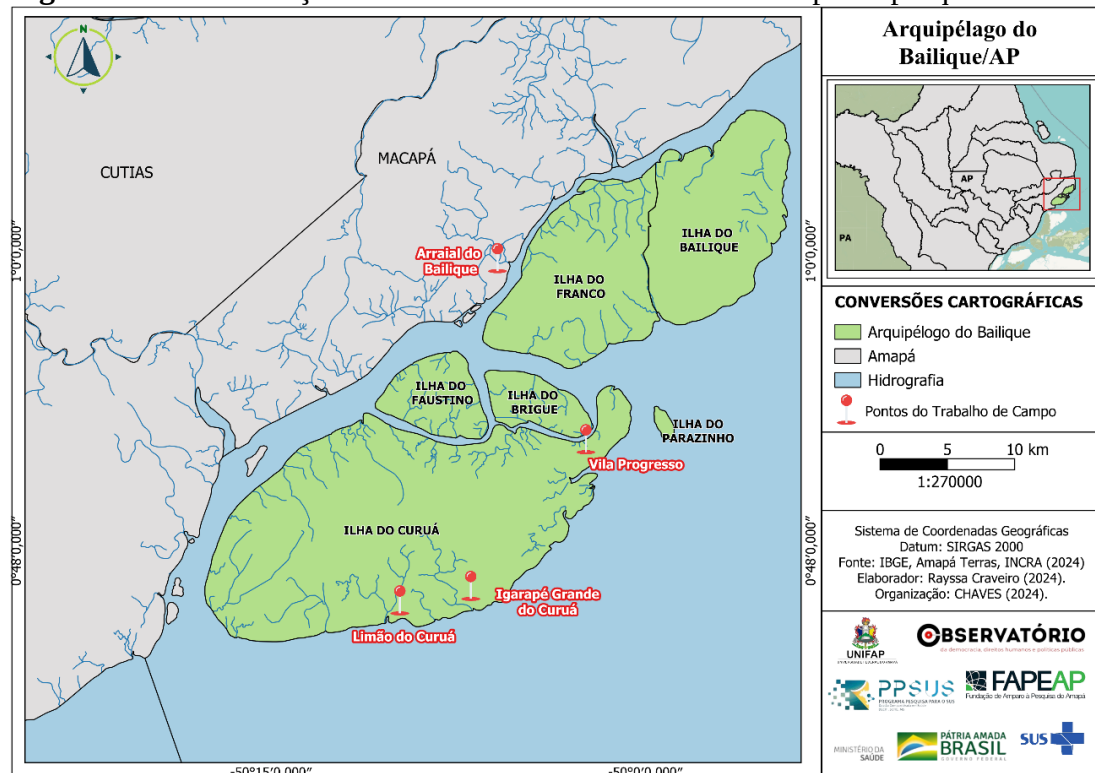
Figura 01 – Comunidades do Arquipélago do Bailique.



10

Arraiol do Bailique se localiza no continente e lida com impactos mais diretos advindos dos problemas territoriais e ambientais que ocorrem dentro do estado, como cercamento de terras para a criação de bubalinos e outros impactos que iremos mencionar mais adiante.

Figura 02 – Identificação de Comunidades envolvidas no campo de pesquisa



Importante destacar que a dimensão ambiental é um fator influente na organização das comunidades e os problemas que a norteiam são parte das reivindicações que os movimentos sociais e demais movimentos de mulheres questionam perante os poderes executivo, legislativo e judiciário. De acordo com informações coletas por meio de entrevistas, atualmente, vivem mais de cem pessoas na comunidade, quase todas parentes consanguíneas. Vila Progresso, Igarapé Grande e Limão do Curuá são comunidades que se localizam na Ilha do Curuá. De um modo geral, as 57 comunidades vivem nas mesmas condições ambientais.

A vegetação predominante é a floresta de várzea e os campos inundáveis, entrecortados por igarapés que levam e trazem a água das marés. A diversidade de espécies vegetais é menor quando comparada às florestas de terra firme. Neste conjunto de formação atualmente e por conta de técnicas destinadas à promoção da produção local, estão entremeadas as roças e as diversas espécies que caracterizam uma “floresta plantada”, ou um sistema agroflorestal. Destaque especial tem o açaí e seus frutos que são a principal base da alimentação e economia familiar (EULER; AMORIM; GUARABIRA, 2018).

Outros produtos do extrativismo são importantes na alimentação das comunidades, (camarão e pescado), na farmacopeia (espécies oleaginosas) e no uso como artesanato local (sementes, fibras, etc.). Porém, esse complexo ambiente é extremamente dinâmico e vulnerável a fatores ambientais e decorrentes das intervenções institucionais (Estado) e corporativas (empresas). O arquipélago sofre com processos de deterioro ambiental, com processos de erosão, o fenômeno das “terras caídas”, que provoca perdas das roças, plantios e moradias da população, assim como da infraestrutura urbana, escolas, postos de saúde, trapiches e portos.

O problema afeta o acesso à água potável, agravado pela salinização em um fenômeno constante, a partir de 2019, chamado de intrusão salina. Para além das mudanças climáticas, as causas para os problemas ambientais da região estão atreladas a fatores socioeconômicos, pelo desmatamento da mata ciliar, o manejo inadequado de animais de grande porte, a movimentação de embarcações e a construção de estruturas rígidas na linha da costa (TORRES; EL-ROBRINI; COSTA, 2017).

Esses fatores tornaram-se fortes barreiras para a permanência da população local tal qual é o aumento da salinidade dos mananciais, comprometendo o acesso à água potável e uma crise hídrica ininterrupta. As atividades econômicas produzidas no continente impactam diretamente os ecossistemas costeiros, como é o caso do Bailique. Trata-se de formas de uso e ocupação do espaço que fragiliza as relações locais de poder e de sustentabilidade ambiental, impondo uma lógica mercantil sobre a natureza e a vida destas populações, o que repercute um forte processo de migração da população. Anteriormente se deslocavam a Macapá para a busca de serviços de saúde, educação, atendimento jurídico ou negociação dos produtos do extrativismo e da agricultura. No presente momento, os problemas socioambientais impulsionaram a migração definitiva dos moradores das ilhas de Bailique.

Do ponto de vista da organização político-social, registra-se expressivo crescimento no número de organizações sociais em Bailique (sindicatos, associações comunitárias e religiosas), fruto da ausência do poder público em ofertar serviços e se fazer presente no território (ALMEIDA ET AL., 2014).

(a) Sindical: com duas entidades (O Sindicato dos extrativistas e a Colônia de Pescadores Z-5); (b) Religiosas: com duas entidades (As comunidades Eclesiais de Base de Orientação Católica e os Movimentos Religiosos de Orientação Protestante); (c) Movimento de mulheres: com duas entidades (Movimentos de Mulheres do Bailique e a Associação de Parteiras); (d) Movimentos comunitários: com duas entidades (Centro Comunitário do Bailique e Associação de moradores); e (e) Os grupos de jovens, associações de pais e mães e caixas escolares. Os resultados da pesquisa revelam que a organização mais forte é a Colônia de Pescadores Z-5,

apontado por 64 (27%) entrevistadas. Isto se deve às características das atividades produtivas da região: pesca artesanal, agricultura e extrativismo vegetal. Isto também justifica a participação mais efetiva das mulheres pescadoras nessa organização, destacando-se em relação a outras presentes no Arquipélago. (ALMEIDA *et al.*, 2014, p. 24-25)

A partir dos relatos e observações no campo de pesquisa, os aspectos gerais da violência de gênero possuem relação com aspectos ligados à autonomia produtiva e situação econômica das mulheres e a ausência de políticas públicas locais, capazes entre outras coisas de enfrentar o deterioro das relações sociais e comunitárias, consequência da afetação do ecossistema socioambiental e produtivo pelos danos e problemas informados anteriormente.

Em uma dimensão cultural, cabe destacar que as mulheres que vivem no campo e nas florestas são centrais na organização do sustento e da manutenção da família. Se por um lado, os acessos às políticas que garantem a produção econômica das mulheres ainda são insuficientes, por outro lado, esse tipo de fragilidade compromete toda sobrevivência e existência do trabalho familiar camponês. É por isso que as reivindicações das mulheres do campo e das florestas nos últimos anos deixaram de ser apenas reivindicações de serviços de saúde e educação, mas por políticas capazes de garantir a autonomia produtiva como estratégia para reprodução do modo de vida no interior das comunidades.

Não que essas políticas sociais como acesso a serviços de saúde, educação, assistência social e segurança não sejam importantes para a manutenção da vida camponesa. Mas, a questão fundiária para as mulheres, até meados da década passada, não se encerrava na territorialização camponesas em assentamentos, sendo eles de qualquer modalidade que fosse. Os direitos do uso dos lotes e depois a titulação sendo realizada em favor dos homens, colocava essas mulheres em situação de subordinação econômica, pois no caso de alguma separação, ela não teria seu direito territorial garantido. O que se gerava era uma desterritorialização, tornando essas mulheres camponesas sem-terra, contribuindo com a pauperização feminina do campo.

Os problemas ambientais que afetam a sustentabilidade produtiva dos territórios e os vários impactos impelidos pelos sistemas de exploração capitalistas afetam sobremaneira os vários territórios pesquisados.

A degradação da natureza representa para essas comunidades a desintegração do seu modo, como é o caso das comunidades de Bailique. A perda do ecossistema tem provocado migrações das ilhas, o que é mais do que uma questão de política pública. As ilhas têm reduzido suas áreas, a salinização da água, embora combatida com tecnologia apropriada, também tem impactado os ecossistemas e a perda de parte da biodiversidade, que também é a forma de sobrevivência econômica dessas famílias e dessas mulheres.

O investimento em pesquisas, em organização de dados que sejam elaborados a partir das particularidades das mulheres e de suas demandas no campo e na cidade, são fundamentais para que intervenção qualificada do Estado nesses territórios. O problema, identificado no percurso de pesquisa, é a invisibilidade desses grupos que não constam nos dados e estatísticas oficiais quando a questão envolve as violências que atravessam as vidas das mulheres.

Há registro de casos de feminicídios emblemáticos que, pela repercussão e comoção social, forçaram o Tribunal de Justiça do Amapá a implementar um Posto Avançado no Arquipélago do Bailique. Para além disso, o alto número de gravidez na adolescência, violência sexual, casamentos precoces estão entre as modalidades de violência informadas pelos colaboradores da pesquisa como frequentes nessas localidades. A ausência de serviços públicos de segurança e saúde, normalmente portas de entrada para notificação de casos de violência nos sistemas de atendimento localizados na capital, Macapá, dificultam mensurar a dimensão real dos problemas de violência de gênero nessas comunidades.

Atualmente o arquipélago do Bailique possui 27 escolas estaduais. Apenas uma delas possui ensino médio, disponibilizado na maior escola do arquipélago, Escola Bosque do Amapá (Módulo Regional Bailique), localizada na Vila Progresso, comunidade central do arquipélago. Devido aos processos erosivos, a escola tem perdido simultaneamente parte da infraestrutura na medida em que as erosões adentram à ilha.

Em uma das escolas visitadas na Vila Progresso foi identificado junto aos gestores que há casos de estupro e de abuso sexual ocorrem frequentes que afetam os estudantes, assim como, violência contra as mães. O problema é o atendimento às vítimas pelo sistema de justiça:

Normalmente são padrastos, tios, parentes, familiares das crianças. Nós acolhemos e tentamos encaminhar para as autoridades que devem cuidar do caso. Mas, daqui pra Macapá é tudo muito distante e aí vai passando. Quando chegam as ações (O Tribunal de Justiça do Amapá, de seis em seis meses promove ações de atendimento nas ilhas.) que vem de Macapá, aí já passou muito tempo. O caso já foi né...(Informante 1)

Também as mulheres chegam aqui e sofreram violência doméstica, no posto policial as vezes temo um policial, aí ficam ali sem atendimento e fica como foi briga normal. É coisa natural, infelizmente é isso que a gente vê muito (Informante 1)

São nas escolas que aparecem e são identificados casos de violência de gênero. Nos relatos sistematizados dos colaboradores no campo de pesquisa foram confirmados casos de gravidez na adolescência que ocorrem nas comunidades, tendo as meninas e adolescentes do sexo feminino como vítimas.

Para eles parece ser normal. Muitas vezes a menina está grávida de um parente (...) antes parece que a gente via mais, mas a comunidade cresceu, aí fica meu escondido né. Acredito que a vinda da justiça, deixou com medo. A justiça começou a levar eles pra Macapá e eles começaram a ficar presos. Aí agora, parece que eles estão com medo né. Mas, nas demais comunidades mais afastadas, sim. Tem mais frequência” (informante 2).

Na visita às comunidades Arraiol do Bailique, Igarapé Grande do Curuá e Limão do Curuá foi identificado potencial de organização de produção extrativista e sustentabilidade ambiental. Destacamos esse aspecto, porque o discurso das mulheres organizadas em associações e coletivos envolve a relação direta entre autonomia produtiva e vulnerabilidade à violência. Nesse sentido, é evidente que busca da organização comunitária para garantir autonomia produtiva frente ao processo de violação de direitos contra as mulheres e suas famílias é uma tentativa de enfrentar a problemática, a partir exclusivamente da sociedade civil organizada no território. Destacamos que essa perspectiva parte e se restringe ao associativismo comunitário, sem qualquer desdobramento ou afetação nas ações pontuais do Estado na região.

Embora as mulheres das comunidades ribeirinhas do arquipélago já apresentem alguns projetos com potencial para inclusão produtiva, e ainda que outros tenham avançado devido ao apoio externo, vários deles não se desenvolveram em sua plenitude por escassez de recursos técnicos e financeiros. É o caso da comunidade de Limão do Curuá, onde mulheres se organizaram em associação:

Nossa associação foi criada em 2003, tivemos problemas, adquirimos dívidas. Mas, voltamos e resolvemos, pagamos e como nosso estatuto diz que essa associação é de mulheres, estamos respeitando isso. A partir daí adquirimos independência financeira, recebemos um prêmio internacional que é cento e

quarenta mil dólares, todo nosso produto é vendido. Tem que ter alternativa de estudo, se não o adolescente vai pra o álcool, vai para as drogas, não tem futuro. Casa cedo, engravida, a menina depende do marido. Olha ela disse, minha bomba, fui eu que comprei. Agora a gente não depende de ninguém, não precisa viver em violência!” (Informante 3)

Em áreas como as ilhas do Bailique, por exemplo, a ausência de preparação para o mundo do trabalho é apontada como fator fundamental que reduz a perspectiva de desenvolvimento social das mulheres, incentiva a prostituição, o envolvimento com drogas e a gravidez na adolescência. Em Bailique a biodiversidade é a principal fornecedora de meios de produção. As comunidades instituíram leituras e condições da relação com os ecossistemas locais que fogem à compreensão da natureza apenas como matéria-prima. Integrantes da Associação de Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá (AMELC) informaram, por exemplo, que nos processos de coleta do pracaxi, as mulheres se limitam a buscar apenas as sementes dispersas no rio, preservando aquelas que foram mantidas dentro da mata.

Apesar do potencial produtivo da comunidade, com a extração do Pracaxi e extração do açaí, da andiroba e da pesca do camarão, a localidade não conta com políticas locais de desenvolvimento que aproveitem o potencial e os saberes locais para preservar e, ao mesmo tempo, garantir produção para sobrevivência econômica e ambiental do território.

O estado não está presente por meio de políticas públicas e tampouco com estruturas de serviços, capazes de atender as demandas por saúde e educação da comunidade, o que os obrigam a sair do território em processos de êxodo para regiões urbanas, onde enfrentam o preconceito de serem ribeirinhos, vivendo nas periferias e do subemprego em cidades como Macapá, a capital do Amapá.

(...) precisamos de estrutura, uma agroindústria e precisamos de cursos de nível superior para nossos filhos. De escola de ensino médio. De um curso de nível superior, muitas de nós mulheres e nossos filhos querem e precisam estudar. Eu não queria que meu filho passasse pelo preconceito que eu passei quando saí daqui para Macapá para cursar o ensino médio, desde a delegacia de ensino à escola fui subestimada e humilhada por ser uma mulher das ilhas... (informante 3)

Em Igarapé Grande, encontramos formas de organização de mulheres mobilizadas para a organização da eletrificação ribeirinha, problema que afeta uma série de pessoas na comunidade. Os registros de violência contra mulheres na comunidade envolvem casos frequentes de violência sexual, casamentos precoces de jovens adolescentes e casos de estupro.

A ausência do estado e a falta de suprimento das demandas básicas deixam as comunidades expostas a agentes externos que interferem nas dinâmicas comunitárias, como é o caso das organizações religiosas. Nesses casos, a interdição do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, associada ao tabu em torno do corpo e do exercício da sexualidade em contextos de relações desiguais de gênero, criam uma estrutura de violação de direitos que impedem intervenção dos escassos agentes estatais ainda presentes no território, mas sem a estrutura para atuar.

Os serviços de saúde que na dinâmica de atenção a violência de gênero desempenham papel fundamental existem sem institucionalidade para intervenção qualificada. Comunidades que possuem posto de saúde são: Arraiol do Bailique, Freguesia, Limão do Curuá, Maranata em Igarapé Grande e UBS em Itamatatuba. Somente nas UBSs se tem equipes mais completas, com médico, enfermeiro, agente de saúde comunitário, odontólogo. Todavia, Itamatatuba não tem todos esses profissionais. Em nenhuma UBS tem atendimento psicológico, o encaminhamento é para Macapá.

As comunidades não possuem os chamados serviços de referência, que em escalas de complexidade, são instituídos no interior das políticas públicas para dar suporte e atuar em casos

complexos, em que o atendimento em níveis primários não são suficientes. Nas comunidades ribeirinhas, até mesmo os serviços de atenção básica ou serviços públicos fundamentais (escolas, delegacias) existem burocraticamente, sem exercer atenção integral em casos de demandas, sobretudo, violações de direitos. Isso se dá pela dificuldade de articular redes de proteção, centralizadas em áreas urbanas e desconectadas do território.

Conclusão

15

Destacamos as estruturas culturais e históricas que interferem na desigualdade de gênero das comunidades ribeirinhas como elementos centrais para observar a dinâmica de violação de direitos das mulheres. Isso porque são as mulheres as primeiras afetadas pelos processos de deterioro e esgarçamento das relações e vínculos comunitários, fruto de processos de desenvolvimento local que desorganiza os sistemas culturais de coesão nessas comunidades.

Por outro lado, estão nas relações sociais de gênero, sob uma perspectiva cultural estruturada do modo de vida ribeirinho, as chaves de interpretação para analisar as políticas de desenvolvimento (ou ausência delas) para enfrentar o desafio de manutenção desses arranjos sociais, em contextos de afetação ambiental do território por ações e políticas desenvolvimentistas que comprometem a sustentabilidade ambiental, política e social locais.

A organização político-produtiva das mulheres não só é uma estratégia para enfrentar a violência estruturada de gênero, que permeiam modelos e políticas produtivas para as comunidades ribeirinhas, diante da ausência do estado como mediador de interesses e coordenador de estratégias sustentadas de desenvolvimento. Essa organização político-produtiva busca criar alternativas sustentáveis para superar as desigualdades econômicas produzidas por lógicas alheias ao sistema de organização produtivo e sua sobrevivência.

São iniciativas, no entanto, que nem sempre acabam se sustentando, entre outras razões por ausência de políticas públicas ou falta de foco dessas políticas nas dimensões de gênero na formatação/estruturação das relações e sociabilidade ribeirinha. Ou ainda pela dificuldade de inserir as relações sociais de gênero nessa dinâmica de afetação/resistência das mulheres em enfrentar por conta própria um problema que no entendimento de muitas são delas próprias, ao passo que são potencializados por agentes externos (estatais e privados) para imprimir dinâmicas ao território alheias aos modelos sustentados em lógicas e cosmologias próprias (MENDONÇA; SARDINHA, 2023)

A violência de gênero, portanto, mais do que uma anomalia exógena (alheia) à dinâmica desses territórios tradicionais, na verdade, como fenômeno sociocultural, surge como mecanismo de (re) produção desses territórios em todas as suas dimensões (econômicas, políticas, culturais e sociais), ou seja, o modo de vida, a experiência, está conectada à forma como as relações sociais de gênero são constituídas, em um sistema de sexo-gênero que normatiza e institui dinâmicas capazes de dar sentido ao modo como se gere a vida e o corpo das mulheres nessas comunidades.

Esse aspecto é importante para entender por que a existência da violência de gênero não é negada por completo ou problematizada sob uma perspectiva estruturada em sistemas de desigualdade entre homens e mulheres. Ao contrário, é uma questão que pertence, está naturalizada e é parte da dinâmica do território que deve ser gerida sob a ótica da redução de danos, tendo a comunidade e suas instituições como preocupação central para incidir no controle à violência e não aos direitos e demandas das vítimas, propriamente ditas.

Referências

ALMEIDA, M. P. *et al.* A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 6, n. 6, p. 19-31, 2014.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Portaria nº n.627, de 30 de julho de 1987.** cria Modalidade de Projeto de assentamento extrativista. Brasília: Incra, 1987.

BRASIL. Lei nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 10 out. 2017.

EULER, A. M. C.; AMORIM, J.; GUABIRABA, I. **Diagnóstico socioeconômico e do sistema de agricultura tradicional praticado na comunidade Arraiol do Bailique (Amapá).** Base de Dados da Pesquisa Agropecuária (BDPA). EMBRAPA, 2018.

LAURETIS, T. de. La tecnología del género in BENAVIDES, Carmen Millan; MESA, Angela Maria Estrada (org). **Pensar (en) género: teoría y práctica para nuevas cartografías del cuerpo.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana- Instituto pensar, 2004, p. 202-235.

MENDONÇA, M. M.; SARDINHA, A. C. Gênero, políticas públicas e agricultura familiar na Amazônia: análise sobre as percepções das mulheres ribeirinhas participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Arquipélago do Bailique, sobre direitos e empoderamento feminino. In: SARDINHA et al. (Org). **Pesquisa em estudos culturais e políticas públicas da Amazônia:** v. 2. Macapá: EDUUNIFAP, 2023, p. 76-95.

REIS, M. L.. Estudos de gênero na geografia: Uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e cultura.** Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul/dez. 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

TORRES, A.; EL-ROBRINI, M.; COSTA, W. P. Amapá. In: MUEHE, D. **Panorama da Erosão Costeira no Brasil.** 16-64. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2017.

Recebido para publicação em dezembro de 2025.

Aprovado para publicação em março de 2025.